



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**FLÁVIA NASCIMENTO SILVA**

**PROFISSÃO EDUCADOR SOCIAL:**  
**REGULAMENTAÇÃO E SEU PAPEL FRENTE AS DEMANDAS**  
**SÓCIAS CONTEMPORANEAS**

Salvador

2013

**FLAVIA NASCIMENTO SILVA**

**PROFISSÃO EDUCADOR SOCIAL:  
REGULAMENTAÇÃO E SEU PAPEL FRENTE AS DEMANDAS  
SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>o</sup> Especialista Wilson Brito Filho

Salvador

2013

**FLAVIA NASCIMENTO SILVA**

**PROFISSÃO EDUCADOR SOCIAL:  
REGULAMENTAÇÃO E SEU PAPEL FRENTE AS DEMANDAS  
SOCIAS CONTEMPORANEAS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de Abril de 2013

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Profº Especialista Wilson Brito Filho  
Instituto Social da Bahia

---

Profª. Drª. Ana Kátia Alves dos Santos  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof Drº Cleverson Suzart Silva  
Universidade Federal da Bahia

## RESUMO

Vivemos atualmente em meio a um cenário econômico, político e social, no qual os conflitos sociais são também diretamente ligados aos conflitos na Educação. Pensando esse contexto passa a ser necessária uma educação demandada a mediar às questões que implicam as carências sociais e a formação do sujeito quanto ser cultural, que se constitui ser político, criativo e crítico em contato com uma educação que possibilite de forma dialética contribuições relevantes e significativas para o seu convívio em sociedade. Refletindo tais questões o presente trabalho busca dialogar com a Pedagogia Social e suas vertentes .( Educação social, Educação popular e logo, os espaços não formais de educação)para que dessa maneira possamos trazer ricas contribuições que permeia o profissional oriundo desse tipo de Educação, portanto o Educador Social. Com isso pretende-se aqui tratar da valorização, dos direitos trabalhistas e a regulamentação da profissão de Educador Social, pensando-o a partir de uma nova configuração do seu meio de atuação.

**Palavras chaves:** Pedagogia, Educação Social, Educador, Educação não formal, Cultura.

## AGRADECIMENTOS

Aos cuidados e norteamentos dos meus orixás. E que Olorum venha a me proporcionar graças maiores ainda do que está.

A meu pai, José Flavio Silva, pelo incentivo oferecido desde sempre.

À minha mãe, Alice Nascimento Silva, pelo igual incentivo e a sua inigualável escuta sensível, qual sempre busquei em momentos tanto de sofrimentos quanto de alegrias pelas vitórias alcançadas.

Aos meus amigos de toda a vida, e as amigas que conquistei nesses últimos quatro anos: Ana, Carina, Lili , Nana, Lore, Erica, Romi e Luis ( Paixão).

Aos amigos que mesmo longe me incentivaram, e a minha “amiga orientadora” Miriam Castro.

Ao meu orientador por ter aceitado entrar nessa junto comigo.

Ao PIBID (Programa Institucional de bolsas de iniciação a docência) onde me descobri Educadora, onde conheci a Escola Municipal Vivaldo da Costa Lima e entendi o quanto posso ser importante para alguém. Agradeço as minhas colegas de trabalho: Alice, Geruza, Rafa, Cilia , Eliete e Valéria.

A equipe da Escola Municipal Manoel Florêncio, pela rica experiência e trocas que me proporcionaram em 2012. Com vocês aprendi que o sucesso é resultado de uma equipe unida. E claro, as minhas turmas do 2º e 5º, pois sem vocês a minha primeira experiência em sala de aula não seria tão maravilhosa quanto foi. Amo vocês.

Aos professores da FACED. Todos sem distinção, pelos olhares diferenciados, cada qual com sua importância e exemplos.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>ALGUNS OLHARES SOBRE EDUCAÇÃO</b>	<b>10</b>
2.1	CULTURA E EDUCAÇÃO NO SENSO COMUM	13
2.2	PENSANDO A EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	17
<b>3</b>	<b>PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO SOCIAL: SEUS ESPAÇOS NÃO FORMAIS.</b>	<b>20</b>
3.1	PAULO FREIRE: O EDUCADOR SOCIAL.	22
3.2	BREVE HISTÓRICO DAS ONG'S E DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.	27
<b>4</b>	<b>QUEM É O EDUCADOR SOCIAL NA SOCIEDADE?</b>	<b>32</b>
4.1	A IMPORTANCIA DA FORMAÇÃO POLITICA DO EDUCADOR SOCIAL	37
4.2	REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO.	40
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>43</b>
	<b>REFERENCIAIS</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O cenário de crescimento em diversificados setores, principalmente em país emergente como o Brasil, faz surgir reflexões sobre os caminhos da Educação, de forma a entender a importância de atender às necessidades atuais da sociedade. Ao mesmo tempo em que há esse crescimento, várias camadas sociais se mantêm estagnadas quando dizem respeito a esse desenvolvimento e ao acesso aos seus direitos, cultura e história.

Diante disso, o Educador Social surge dentro desse contexto, para trabalhar para além dos conteúdos sistemáticos e programáticos, assim valorizando questões que vão além da sala de aula e interferem de fato na vida social do educando, uma relação de troca sem imposição de saberes.

Por compreender dessa maneira, a cada dia me fez necessário estudar e pesquisar essa área do profissional Educador Social, tão constante no meu dia a dia de moradora de bairro periférico de Salvador, onde em geral é espaço de atuação desses profissionais que interferem e interagem com o educando, família e comunidade.

Além do fator já citado, outros momentos que fizeram despertar o interesse por essa pesquisa surgidos a partir de 2010, ao integrar corpo de bolsista/pesquisadora do PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia.

Esse programa focava as suas pesquisas na compreensão do processo de alfabetização e letramento, de crianças pertencentes ao ensino fundamental um, e na análise dos crescentes números das taxas de “analfabetismo” e evasão escolar, tendo como referencial o fato que alfabetizar não se resume apenas a ler e escrever mecanicamente, mas é algo bem maior, crítico e dinâmico, ou seja, que alfabetizar implica na formação do sujeito enquanto parte integrante e atuante da sociedade qual vive. Pois, segundo FREIRE (2005), não há como alfabetizar sem participação cidadã e sem a compreensão do mundo cultural e social, pois é partir dessa compreensão que nos tornamos seres humano críticos.

Frente às novas demandas sociais, o educador, assume um papel, sobretudo político e social, na qual precisam encorajar-se social e politicamente, percebendo

as possibilidades das ações sócio-culturais, na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade brasileira.

Pensando assim, o estudo ora apresentado é baseado na investigação do processo formativo do educador social, quanto indivíduo histórico que compõe a sua sociedade e produz cultura. Pensando o educador social em seus diversificados espaços de atuações, não só aqueles que atuam em espaços considerados não formais de ensino, mas também os que fazem parte de espaços considerados formais e que compreendem a necessidade do trabalho para além dos conteúdos, cujo trabalho é direto com jovens e crianças em situações de risco e vulnerabilidade social e as demandas que surgem frente às necessidades contemporâneas para a educação da criança e do adolescente.

Assim surgiram os questionamentos debatidos aqui, como: Qual é o contexto de formação do educador social? Quais são os seus espaços de atuações? Quais são suas maiores dificuldades profissionais? Qual o seu papel na sociedade qual está inserido? É uma profissão regulamentada e assegurada de seus direitos?

Foi um dos objetivos dessa pesquisa analisar a formação do Educador Social e o contexto qual se dá a inserção nessa área de trabalho. Entender como estrutura-se a sua profissão, a regulamentação e seus direitos trabalhistas. Perceber seu espaço de atuação, e onde ele se estrutura (espaço formal ou não formal?). Compreender também quais as suas maiores dificuldades profissionais frente ao seu papel da sociedade contemporânea.

A abordagem metodológica pauta-se em pesquisa qualitativa, onde um fenômeno é melhor compreendido dentro do contexto qual acontece e pertence, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Nas ciências sociais tal tipo de pesquisa preocupa-se com o nível de realidade que não pode ser quantificado.

A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (DESLANDES, p. 22)

Utilizaremos como instrumento de coleta de dados, a pesquisa bibliográfica. Pesquisa qual se pauta na análise de matérias já existentes sobre essa temática: revistas, livros, periódicos e afins. Segundo GIL (2001) O desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica varia em função dos objetivos próprios do pesquisador.

Convém, portanto, que estes sejam claramente estabelecidos a fim que as fases posteriores da pesquisa se processem de maneira satisfatória.

Para o suporte de pesquisa alguns autores foram consultados entre eles: Freire ( 2000) (2005) (2003), Gohn (1999), Romans (2003) Coutinho ( 2013), por apresentarem linhas similares de pensamento de Educação.

A construção da pesquisa se deu na seguinte estrutura:

- 1º momento: Seleção de materiais: livros, revistas, entrevistas e artigos
- 2º momento: Leitura e fichamento das obras e materiais pré-selecionados.
- 3º momento: A produção

A monografia se apresenta em três capítulos:

O primeiro capítulo, Introdução onde descrevemos as motivações para a pesquisa, apresentação da conjuntura do em que o trabalho se dá, a metodologia abordada e os principais autores abordados).

O segundo capítulo, intitulado, Alguns Olhares em Educação, subdividido em dois tópicos que abordaram: O senso comum e a cultura em Educação e Pensando a Educação na contemporaneidade. A fim de trazer alguns conceitos quando tratamos de Educação, o modo como a mesma comunica-se com o processo formativo do sujeito bem como a sua com alguns conceitos de cultura.

No terceiro capítulo, Educação Social, apresentamos tópicos que trataram da visão de Educação social e espaços não formais de Educação, contemplando também um breve histórico do surgimento das ONG's a fim de compreender os aspectos profissionais inerentes ao Educador social e seu papel na sociedade.

## 2 ALGUNS OLHARES SOBRE EDUCAÇÃO:

Pensar educação em sua complexidade é compreendê-la a partir de seus múltiplos espaços de atuação. Para conceituá-la, é necessário primeiramente saber porquê ela encontra-se desvinculada de um modelo único a ser seguido. Nesse sentido, BRANDÃO (2007,p.09) afirma que: “Não há uma forma única, nem um modelo único de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor, o ensino escolar não é sua única prática e o professor não é o seu único praticante.” Compreendendo assim, a educação se organiza a partir do papel articulador dos valores culturais de cada ser, preparando-o para o puro exercício da cidadania, para suprir as carências sociais e a formação do sujeito em pessoa crítica e consciente para a transformação de suas realidades e seus “guetos<sup>1</sup>”

Ainda BRANDÃO (2007) entende a importância do olhar sensível do educador para que essa formação do sujeito seja executada de forma realmente digna. E continua sinalizando que “Quando o educador pensa a educação, ele acredita que, entre homens, ela é o que dá forma e o polimento. Mas ao fazer isso, na prática, tanto pode ser a mão do artista que guia e ajuda o barro a ser transformado, quanto a fôrma que igual a deforma”. (Brandão, 2007, p.09)

Por ser entendida como uma ação social, logo tem um fim e ao mesmo tempo uma representação de teorização e de reflexão, portanto envolve consciência de um conhecimento e uma ação.

Paro nos alerta que:

Se pretendemos, toda via, tratar a educação de forma científica, precisamos de um conceito mais rigoroso, que nos fale de perto de sua especificidade e de sua condição. Podemos começar por dizer que, em seu sentido mais amplo, a educação consiste na apropriação da cultura. Esta, entendida também de forma ampla, envolve conhecimentos, informações, valores, crenças, ciência, arte, tecnologia, filosofia, direito, costumes, tudo enfim que o homem produz em sua transcendência na natureza. (PARO, 2010, p. 23)

---

<sup>1</sup> Refere-se a grupo composto por membros da mesma etnia, condição financeira, sociais ideológicas. Também designa todo estilo de vida ou tipo de existência resultante tratamento discriminatório.

O conceito apresentado pelo referido autor, engloba o nível de evolução da capacidade de sociabilizarão do sujeito. Olhando mais “tecnicamente” a educação, podemos afirmar que a mesma envolve um processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo.

Ainda pode ser entendida como um dos instrumentos pelo qual o ser humano pode se promover dentro da sua sociedade, ao mesmo tempo em que a transforma de maneira consciente quanto sujeito crítico, político e conhecedor do mundo. Ideia confirmada por FREIRE (2007,p.30) dizendo que por isso mesmo é que: “ a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhe oferece”.

Dessa maneira, podemos aferir que o processo educativo possibilita que o ser humano valorize e esquematize o saber aprendido, apropriando-se do conhecimento sistemático da sociedade na qual está inserido e promovendo, dessa forma, sua capacidade de atuar ativamente em prol de uma existência crítica e criativa, buscando a própria autonomia e formação da cidadania.

Continuando sua análise e penetrando na sua significação histórica percebemos que não é de hoje que a educação é pensada de forma conjunta, se observamos sua trajetória será possível ver que na Grécia antiga a educação (denominada de Paidéia) se encetou como comunitária, mas com o desenvolvimento da sociedade se tornou mais direcionada aos grupos digamos “elitistas” na época, ficando de fora plebeus e escravos. Portanto:

Aquilo que a cultura grega chama com pleno efeito de educação – *paideia* - dando à palavra o sentido de formação harmônica do homem para a vida da *polis*, através do desenvolvimento de todo o corpo e toda consciência, começa de fato fora de casa, depois dos sete anos. Até lá, criança convive com sua criação, convivendo com a mãe e escravos domésticos” ( BRANDÃO, 2007,p.38)

BRANDÃO (2007) nos atenta para o fato que a educação em Roma era uma tarefa domestica e seus direcionamentos eram diferentes dos da Grécia Antiga. Ele nos diz que em Roma “a criança começava aprender em casa com os mais velhos, e

quase tudo o que aprendia era para saber e preservar os valores do mundo dos “mais velhos”, dos seus antepassados. (,BRANDÃO 2007,p. 49)

Analisando o autor podemos observar que eram dois tipos de educação diferenciados historicamente estabelecidas. Na Grécia, segundo BRANDÃO (2007) enquanto o processo Educacional se dava para a inserção do sujeito na sociedade, para formar o político e o intelecto, já em Roma ela originou-se na mesma maneira, ou seja, pensando no coletivo, porém foi desenvolvendo-se de forma diferente onde a formação do patriarca agricultor sobressaia sobre o cidadão, como forma de equilibrar os papéis de cada um na sociedade.

Estudar a Educação, na sua constituição histórica e observando seus conceitos é algo complexo, em cada época ou sociedade ela tentará suprir as necessidades importantes para o momento. Se olharmos a educação no contexto Brasileiro, atualmente, poderíamos analisá-la dentro das concepções Freiriana, diríamos que a ela deve criar possibilidades para que o sujeito possa desenvolver suas habilidades e testar seus conhecimentos nas diversas vertentes da sociedade, amenizando as tensões sociais. Essa prática deve vir como ato de conhecimento político e reflexivo da realidade. O ser deve formar-se como sujeito da própria educação, por isso, FREIRE (2005, p.39) diz que: “A educação não é um instrumento válido se não estabelece uma relação dialética com o contexto da sociedade na qual o homem está radicado”.

O processo de ensino-aprendizagem não deve se dá através de imposição, mas instigando saberes que estimulem o ensino-aprendizado do educando, deixando de ser uma mera transferência de conhecimentos, mas uma interação, uma troca “desaberes”. Nesse sentido Paulo Freire (2005, pg.67) nos contempla afirmando que “o educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca.

Ainda nos estudos de FREIRE (1996), podemos notar que a educação pode tornar possível a promoção da autonomia no sujeito. É ela que sugere o crescimento do educando, a saída do conhecimento ingênuo para o conhecimento crítico. Porém, é importante ressaltar que a ingenuidade referida por Freire não é falta de conhecimento, já que os alunos trazem consigo saberes construídos pela sociedade

em que estão inseridos. É a partir desse senso comum que o educador pode promover a curiosidade dos seus educandos, fazendo uma associação da realidade com conteúdos variados.

Desenvolvendo essas práticas os educadores trilham com seus educandos a educação na perspectiva da autonomia. Segundo Freire ( 1996) A autoridade coerente democrática, fundando-se na certeza da importância, quer de si mesma, quer da liberdade dos educandos para a construção de um clima de real disciplina, jamais minimiza a liberdade.. A autoridade coerente democrática está convicta de que a disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silêncio dos silenciados, mas no alvoroço dos inquietos na dúvida que instiga, na esperança que desperta.

Atualmente, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ( LDBEN) Art. 1º:

[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

Portanto a família tem papel fundamental no processo formativo do sujeito, e não só o educador, afinal é a família a primeira instituição qual a criança passa a ter contatólogo cedo, e assim desencadeia todos os outros pilares que diz respeito ao seu desenvolvimento.

A educação não é propriamente a porta mágica para a transformação social. Porém, sem ela a mesma não acontecerá sozinha.

## 2.1 CULTURA E EDUCAÇÃO NO SENSO COMUM

No senso comum<sup>2</sup> é rotineiro ver o conceito de educação associado aos de ensino. O ensino, porém, é exclusivamente ligado às transmissões de conhecimentos e a aprendizagem sempre vista de forma passiva e ou mecânica através de memorização e acumulação de conhecimentos, que reproduzem a cultura clássica, onde as disciplinas do currículo são justapostas e isoladas entre si,

---

<sup>2</sup> Senso Comum aqui compreendido como todo o conhecimento adquirido a partir das experiências diárias e observações do mundo em seu entorno. É aquele conhecimento mais "vulgar", espontâneo e sem as regras da academia científica.

sem a integração entre tal domínio de conhecimentos. Educação e ensino, tanto no meio acadêmico quanto no senso comum é confundido e visto como sinônimos.

Nesse sentido:

Na linguagem comum a educação é normalmente associada a ensino, quer para servir-lhe de sinônimo, quer para dele diferenciarse. O uso diferenciado se dá, em geral, no senso comum, quando se associa a educação ao campo dos valores e das condutas, aquela por meio da qual se propicia ao educando formação moral e disposição à prática dos bons costumes, e se associa o ensino à passagem de conhecimentos e informações, contidos nas disciplinas teóricas ou nas ciências de um modo geral e que são úteis para a vida em geral ou para o exercício de uma ocupação. (PARO, 2010, p.20)

Para o senso comum, educação é vista a partir da visão de única forma de obter conhecimentos, porém, na verdade ela não se prende somente ao conhecimento. Podemos definir educação como um processo. Processo este incumbido da constituição do indivíduo quando pessoa formadora de seu próprio caminho histórico, pela apropriação da cultura. Mas cultura aqui precisa ser compreendida em seu olhar mais rigoroso e amplo.

Prosseguindo a partir da análise do mesmo autor, ela deve ser entendida como:

[...] o conjunto de valores, conhecimentos, crenças, tecnologias, arte, costumes, filosofia, ciência, tudo enfim que constitui a produção histórica do homem. É por meio dessa apropriação que cada um de nós constrói nossa própria personalidade humana- histórica e nos diferenciamos da mera natureza. (PARO, 2010, pg. 99),

Olhando mais etimologicamente podemos encontrar no dicionário AURÉLIO (p.508) cultura entendida como:

[...] 1. Ato, efeito ou modo de cultivar. 2. V. Cultivo. 3. O complexo dos padrões de comportamentos, das crenças, das instituições e outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização: a cultura ocidental; a cultura dos esquimós 4. O desenvolvimento de um grupo social, uma nação, etc., que é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento desses valores; civilização, progresso: A Grécia do séc. V a.C atingiu o mais alto grau de cultura de sua época 5. Atividade e desenvolvimento intelectual; saber, ilustração, instrução: Ministério de cultura; a cultura do espírito. 6. Apuro, esmero, elegância. 7.

Criação de certos animais, em particular os microscópicos: cultura de corpos; cultura de gênero. Cultura de massa. Cultura imposta pela indústria cultural; indústria cultural. Cultura física. Desenvolvimento sistemático do corpo humano por meio de ginástica e desportos.

Cultura acaba sofrendo variações em seu conceito, de modo que, se torna ainda mais complexo dar conta de todos os encargos que lhe atribuem. Nesses seus conceitos acabam perdendo seu teor analítico e explicativo, uma vez que toda e qualquer produção humana pode ser entendida como cultura.

“FREIRE (2007, p.43) nos alerta que a cultura é todo resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformação e estabelecer relações de diálogo com outros homens.” Porém, a mesma deve privilegiar as relações sociais, uma vez que é produzida no seio da sociedade.

Nesse sentido, LARAIA (1997, p. 111) afirma que “os diferentes comportamentos sociais e mesmo, as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura”.

A educação em seus múltiplos espaços tem a função de proporcionar em conjunto de práticas contribuir para que os educandos se apropriem não só dos velhos conteúdos programáticos, mas também sobre questões sociais e culturais de maneira crítica e construtiva.

E, é nesse sentido que FREIRE (1987, p.71) critica o que ele chama de “Educação bancária”, pois para ele “Enquanto na concepção bancária permita-se nos a repetição, insistente, o educador vai “enchendo” os educando de falso saber, que são os conteúdos impostos, na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo”. Se esse tipo de educação se perpetua a verdade é que ela não estará cumprindo o papel de formar para além dos conteúdos pré-estabelecidos.

Por isto, que os diferentes meios onde acontecem a educação, e os seus profissionais, necessitam tomar para si o processo de formar o cidadão capaz de atuar com dignidade na sociedade qual encontra-se quanto parte. De modo que, o educador precisa entender que seu trabalho deve relacionar as questões em

consonância com as situações sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são consideradas essenciais para que os educados possam exercer seus direitos e deveres.

E prossegue ratificando as ideias acima afirmando que:

Por isto é que esta educação, em que educadores e educandos se fazem sujeitos dos seus processos, superado o intelectualismo alienante, superado o autoritarismo do educador “bancário”, supera também a falsa consciência do mundo . ( FREIRE1987,p.75)

Pensando assim, os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação) trazem a importância que ocupa a cultura e suas vertentes no desenvolvimento e na vida de jovens e crianças:

[...] a cultura ocupa um espaço central na vida dos adolescentes e jovens tanto pela fruição de bens culturais quanto pela produção de cultura (Música, dança, teatro, grafite, estilos visuais e etc.) dessa forma, é importante que os espaços quais se dêem a educação saibam dialogar com os bens culturais trazidos já pelo sujeito para que seja trabalhada as questões culturais que alcançam toda a sociedade. ( PCN's, 1989,p.116)

Tomando como referencia senso comum, em conversas mais informais quando dizemos que alguém tem cultura, por exemplo, geralmente estamos querendo dizer que ela tem um nível razoável de propriedade em vários assuntos. Nas Ciências sociais ela já começa a caminhar por outra vertente, está associado à maneira de ser de um grupo, esse grupo pode ser um povo. De forma mais rebuscada posso dizer que entendo a cultura como um todo complexo diretamente ligado a conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer outras faculdades, aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.

Desse modo, FERREIRA (1993) possibilita entender que todas as sociedades possuem cultura, pois, em todas para se relacionar com a natureza, entre si e demais membros se produzem valores, normas de conduta, manifestações artísticas, religiosas e etc. Esses elementos revelam a identidade de cada povo e, de alguma maneira condicionam seu modo de ser.

Assim, a instrução transmite a cultura de uma sociedade na medida em que molda e capacita os indivíduos a usar a linguagem e a reforçar valores, normas e crenças típicos dos grupos que compõe a sociedade. (FERREIRA, 1993, p.50)

Portanto, cultura e educação estão diretamente ligadas, uma vez que se pode pensar a educação como meio em que os hábitos, costume e valores de uma comunidade são transferidos do ancião do grupo para os mais novos, assim vai desenvolvendo-se através de situações presenciais e experiências vívidas por cada pessoa ao longo da vida.

## 2.2 PENSANDO A EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Nos últimos anos alguns processos de desenvolvimento econômico, como a globalização<sup>3</sup> vêm ganhando destaque e interferindo na Educação e seus pilares. Para GOHN, (1999, p.8) “A globalização é um novo sistema de poder, que exclui e inclui, segundo as conveniências do lucro; que destrói a cultura e cria continuamente novas formas de desejo no setor do consumo.”

Com isso gera novas formas de dominação principalmente de ordem cultural caracterizam o desenfreado crescimento em setores de tecnologias da informação e comunicação nos últimos tempos, tal crescimento influencia no andamento da sociedade, tanto positivamente quando de modo negativo, de modo que interfere também na educação e nos seus paradigmas.

A Educação ganha importância na era da globalização porque o elevado grau de competitividade ampliou a demanda por conhecimentos e informação. Entretanto, a diferença entre hoje e ontem ao é apenas quanto ao aumento da demanda, mas quanto à qualidade e ao tipo de educação a ser oferecida. [...] Antes os indivíduos eram preparados para ocupar postos no mercado de trabalho, durante a etapa ativa dos mesmos, num sistema que previa a seguridade social. Hoje eles devem se preparar par ao mundo da vida e para sobreviver trabalhando por um período mais longo, pois o sistema de aposentadorias está em crise. (GOHN, 1999, p.8)

---

<sup>3</sup> A globalização é um dos processos de aprofundamento da integração econômica, social, cultural e política, que teria sido impulsionado pelo barateamento dos meios de transporte e comunicação dos países do mundo no sinal do século XX e início do século XXI. É um fenômeno gerado pela necessidade da dinâmica do capitalismo de formar uma aldeia global que permita maiores mercados para os países centrais ( ditos desenvolvidos) cujos mercados internos já estão saturados. ( Site: Wikipédia)

Assim a educação está dentro de uma concepção mais ampliada, que vai para além dos domínios que cabem ao meio educacional. De resgatar os princípios e ideias até então esquecidos pela humanidade.

Todo esse crescimento imerge de uma sociedade capitalista, de modo que acirra competições descabidas entre os membros que a compõe, e ainda ressalta como negativa as diferenças entre as pessoas e faz eclodir conflitos de cunho étnico racial, social e etc.

O individuo é excluído “não apenas por ser desigual ou diferente”, mas por ser considerado como não-semelhante, um ser expulso, não dos meios modernos de consumo, mas do gênero humano. (Nascimento *apud* GOHN, 1999, p.9)

Ao abrir jornais, revistas e outras mídias de informação são possíveis perceber, de forma notória, as crises no setor econômico em diversificados países, pautada na ganância compulsiva que é alimenta pelo sistema capitalista, e quase sempre traz desigualdades de diversos tipos.

Seguindo o raciocínio, MÉSZAROS (2003, p.25) nos diz que: “Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Já que a educação não se encontra tão distante dessa realidade, é possível perceber que quando se fala nela dentro do contexto atual é comum ouvir das quebras de paradigmas”

É que o setor educacional hoje precisa rever, re-olhar e alterar o modo como vem sendo feitas às coisas. O que para MÉSZAROS (2003) é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social. Sair do estado de conforto e buscar atitudes de modificações, realmente válidas.

Os paradigmas<sup>4</sup> podem ser vistos então como realizações passadas dotadas de caráter exemplar.

Paradigma relaciona-se com modelos, padrões normalmente seguidos. Em educação existem paradigmas que são seguidos e que muitas vezes são perpetuados pela mera comodidade de não mexer naquilo que teoricamente já vem “dando certo”. Então, a atitude da mudança é decisiva para solucionar questões atuais em educação, pois é necessário vencer muitos paradigmas para que isto

---

<sup>4</sup> “Modelo, padrão, estalão;” D. Luís de Meneses... Parece constituir o paradigma da síntese ideia... Entre a coragem militar <sup>4</sup>e o academismo cultural” (Antonio José Saraiva e Oscar Lopes, História de Literatura Portuguesa PP.455-456.). Gram, Modelo ou tipo de conjugação ou declinação gramatical ( Aurélio, p.1265)

aconteça. Segundo BRANDÃO (1994, p.15) “Paradigmas é aquilo que os membros de uma comunidade científica partilha e, inversamente uma comunidade, consiste em homem que partilham uns paradigmas”

A educação mostra-se cada vez mais elitista, de exaltação de uma cultura branca, eurocêntrica e que não privilegia a formação das identidades, principalmente de grupos minoritários da sociedade e que já são caracterizados pela exclusão. Por isto, que pensar a educação hoje é pensá-la de modo amplo e que aconteça dos diversificados setores sociais, desde a família até a escola.

Dessa forma, BRANDÃO (1981, p 10-11) ratifica que:

Educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar, às vezes a inculcar – de geração a geração, a necessidade da existência de sua ordem.

Porém, a história tem nos mostrado que os momentos de crise são espaços preciosos que se abrem para a humanidade, momentos em que os homens e mulheres são capazes de criar novas possibilidades e construir um futuro mais auspicioso.

### **3 PEDAGOGIA SOCIAL: A EDUCAÇÃO SOCIAL E OS ESPAÇOS NÃO FORMAIS.**

No Brasil, o início das discussões sobre o tema acompanham os debates sobre a diferenciação entre a Educação formal e a Educação não-formal. Ainda são poucas as obras destinadas a trazer a Pedagogia social para rodas de discussões, boa parte das já existentes vem de países exteriores, o que não cabe ao contexto de realidade e formação do Educador Social no Brasil, onde historicamente essa profissão quase sempre aconteceu sem uma definição e ou segurança. A Pedagogia Social apresenta-se atrelada ao campo da educação não-formal.

De acordo com GOMES (2009) a Pedagogia Social apresenta-se entrelaçada ao campo da Educação não formal, e que historicamente seus trabalhos são desenvolvidos por ONG's. O referido autor ainda revela que no Brasil, a história da Pedagogia social atrela-se à dos menores em situação de risco e ou vulnerabilidade, especificamente à crianças e adolescentes abandonados por suas famílias. A solução proposta para essa questão era a institucionalização destas crianças e adolescentes, porém muitas vezes essas instituições eram denunciadas por maus tratos tão parecidos quanto os já sofridos anteriormente. "No fim dos anos sessenta, se observava no Brasil o desenvolvimento de um campo conceitual: o do Movimento dos educadores de rua, com uma linha de trabalho adversa aos princípios da institucionalização das décadas anteriores, e que ainda se faz contemporâneo. Os educadores sociais de rua (E.S.R) surgem como uma resposta à problemática dos menores excluídos dos anos setenta do século passado" (GOMES, 2009, p.3)

O processo de estruturação e organização da área, no Brasil, só recentemente encontrou respaldo teórico e político, apesar de que a educação popular na concepção transformadora desenvolvida por Paulo Freire iniciada na década de 60, seja considerada uma teoria e uma prática de Pedagogia Social. Embora não tenha usado essa nomenclatura para definir o seu trabalho, Paulo Freire é reconhecido como uma referência brasileira e internacional da Pedagogia Social, graças às características do tipo de Educação que propôs.

É na perspectiva de se assumir uma concepção transformadora para a Pedagogia Social no Brasil que a obra de Paulo Freire vem sendo revisitada. Ainda que não hegemonicamente, ela apresenta uma compreensão que revoluciona a

educação tradicional em seus conteúdos e forma, sem pretender estabelecer fórmulas estruturadas. Como Educação Social, a Educação Popular pode ser entendida como parte da Pedagogia Social, entretanto os caminhos percorridos ora se encontram, ora se distanciam. No presente momento há uma forte interlocução entre a academia que pesquisa e discute teorias e práticas com diversos setores da sociedade responsáveis pelo fazer acontecer na área sócio educativo (ONGs), igrejas, movimentos afro brasileiros, sindicato, movimentos sociais como o de educação do campo e de educação indígena.

GRACIANE (2009, p.215) afirma que “a Pedagogia Social exige um processo permanente de teorização sobre a prática, para avanço histórico do movimento popular no qual se insere”. Complementa ressaltando que “A criação e recriação dos fundamentos metodológicos favorece a formação sólida e consistente do educador social, principalmente transformando-o em um agente multiplicador, ou seja, formador de formadores, na prática social, junto aos setores populares.” Essa visão se faz importante para a formação profissional do Educador Social.

Já a educação Social está relacionada ao processo de formação humana, uma vez que seu caráter é de natureza social e sofre interferências das condições existenciais que demarcam os aspectos subjetivos, culturais, naturais, históricos, entre outros, em que homens e mulheres se constituem cidadãos de direitos.

E educação social é fruto de sua condição histórica. Sua configuração realiza-se a partir de políticas sociais próprias da sociedade do estado de bem-estar que tentou romper com as estruturas capitalistas, otimizando as condições de vida para todos os cidadãos. Neste modelo, o estado tende a produzir e distribuir bens e serviços nos setores não lucrativos ou de pouco interesse para o capital privado: educação, saúde, cultural, habitação, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. (SANTOS E TAVARES, s.d, s.n)

O campo de estudo relacionado à Educação social sofre de alto grau de complexidade, pois nele envolvem disputas de projetos sociais.

Quadro causado também diante do não compromisso para com as políticas públicas voltadas para a educação, o que é possível verificar uma grande fragilidade no atendimento educacional das camadas populares, situação que cresce a cada dia graças à conjuntura capitalista.

Na maioria, esses projetos referenciam uma educação voltada à cidadania, não mais no sentido da garantia da participação e

organização da população civil, na luta contra o regime militar, tal como ocorria no período dos anos 1970 e 1980, mas no sentido de uma cidadania ressignificada para o exercício da civilidade, da responsabilidade e para a responsabilidade social de todos. (MOURA apud MAKARENKO, 1989, p. 229)

A educação social não deve ser uma mera e inconsciente colaboradora de uma clonagem dos valores que uma sociedade consumista, individualista e alheia aos problemas dos demais nos quer impor, mas a promotora de alternativas que permitam, através do trabalho conjunto e solidário, a realização de melhorias tanto em processos individuais como comunitários, teremos de pensar em um estilo de educador impulsionador da mudança social

A educação social pode se transformar em uma espécie de colchão, de suavizador das contradições existentes no seio da sociedade, camuflando e ocultando as desigualdades e as injustiças sociais, tentando simplesmente adaptar os indivíduos às coordenadas sociais existentes. (ROMARS APUD AYERBE, 1995, p.35)

A educação social é fruto de sua condição histórica. Sua configuração realiza-se a partir das políticas sociais, próprias da sociedade do Estado de bem-estar que tentou romper com as estruturas capitalistas, otimizando as condições de vida para todos os cidadãos. Neste modelo, o Estado tende a produzir e distribuir bens e serviços nos setores não lucrativos ou de pouco interesse para o capital privado: educação, saúde, cultura, habitação, com os objetivos de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

### 3.1 PAULO FREIRE: O EDUCADOR SOCIAL

Falar em Paulo Freire é falar de um trabalho engajado na transformação da realidade daqueles que socialmente encontram-se marginalizados de uma sociedade que exclui as suas minorias. Freire desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político, na qual enxergava a educação com o objetivo maior de conscientizar o aluno. Isso significa, em relação às parcelas desfavorecidas da sociedade, levá-las a entender sua situação de oprimidas e agir a favor da própria libertação. Ao propor uma prática que pudesse desenvolver o espírito crítico do educando, Freire criticou o ensino oferecido pelas escolas burguesas, pois tais escolas qualificavam o que ele chamou de educação bancária, onde o educador ver

o aluno como uma gaveta vazia na qual deposita todo seu conhecimento, negando a cultura que o aluno já traz quando chega à escola. Em Pedagogia do Oprimido uma das principais obras do pensador Paulo Freire ( 2005) ele afirma que quando a educação acontece nos moldes do opressor, o educador passa a ser o único sujeito que tem o conhecimento a ser transferido, o educando é visto como vasilhas onde pode-se depositar todo o conhecimento, portanto a educação nesse contexto é um mero ato de depositar, sem nenhum senso crítico ou formação da consciência do sujeito.

Na concepção “bancária” que estamos criticando, para qual a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio”, a “educação” “bancaria” mantém e estimula a contradição. (FREIRE, 2005, p.67)

Enquanto a escola/educação conservadora procura acomodar os alunos ao mundo existente, a educação que defendia tinha intenção de inquietá-los. “A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processo de busca.” (FREIRE, 2005, p.67)

Paulo Freire não concordava com a ideia de que ensinar é transmitir saber, para ele a missão essencial do educador era o de possibilitar a criação e produção de conhecimento. Ele ainda vai além e diz que o profissional da educação deve levar o educando a conhecer os conteúdos, mas não como verdades absolutas. Ideias fortalecidas pela obra pedagogia do oprimido quando ele diz que: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005, p.78).

Entender a importância de Paulo Freire é também compreender a própria história da educação no Brasil nessas últimas décadas.

A pedagogia Freiriana a partir do início dos anos 60 influenciou os principais programas de alfabetização e educação popular.

Seu movimento começou em 1962 no Nordeste, a região mais pobre do país, 15 milhões de analfabetos sobre 25 milhões de habitantes. Neste momento, a Aliança para o progresso, que fazia da miséria do Nordeste seu leitmotiv no Brasil, interessou-se pela existência realizada na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte (Interesse que

teve seu fim pouco tempo depois da própria existência). (FREIRE, 2001, p.20)

Vários programas passaram a serem articulados com base nas suas ideias, programas estes ministrados por estudantes e intelectuais da época. Juntos desenvolveram e aplicaram essas novas diretrizes e atuaram educadores do MEB (movimento de educação de base) ligado à CNBB (Conferência nacional dos bispos do Brasil), os estudantes da UNE organizaram os CPCs (centro de cultura popular).

Esse diversificado grupo de educadores passara a pressionar o governo federal para estabelecer uma coordenação nacional das iniciativas. Então, logo no ano de 64 o plano nacional de alfabetização que previa disseminar programas de alfabetização orientados pela proposta Paulo Freire foi aprovado, mas teve forte engajamento estudantes, sindicalista e outros grupos estimulados pela grande efervesciam política da época.

Os resultados obtidos, 300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias, impressionaram profundamente a opinião pública. Decidiu-se aplicar o método em todo o território nacional, mas desta vez com o apoio do governo federal. E foi assim que entre junho de 1963 e março de 1964, foram realizados cursos de formação de coordenadores na maior parte das capitais dos estados brasileiros [...] O plano de ação de 1964 previa a instalação de 20.00 círculos de cultura, capazes de formar, no mesmo ano, por volta de 2 milhões de alunos ( cada Círculo educava , em dois meses, 30 alunos).( FREIRE, 2001,p.20)

Deste modo se levou a nível nacional a campanha de alfabetização que pretendiam alcançar as zonas urbanas e rurais. Porém, alguns grupos passaram a “contratar” essas ideias afirmando que essa tal Pedagogia da Liberdade na verdade fazia ebolir o caráter rebelde nos sujeitos dessa educação, por ser uma educação que busca conscientizá-los sobre seus direitos e duvidar dos “privilégios” que lhe eram garantidos.

Segundo FREIRE (2001, p.21)

“Como era de ser esperar, os grupos reacionários confundiram sistematicamente, em suas acusações, a política com o educador. A formação da consciência das massas viu-se dessa forma acusada de apresentar os sintomas de uma perigosa estratégia de subversão. É incrível comprovar, nas forças associadas à mobilização popular, uma incapacidade total para perceber e para assumir as consequências implicadas na formação das consciência com vista à ação”.

Todo esse projeto e fervor acabaram sendo interrompidos graças ao golpe militar. FREIRE (2001, p.21) nos afirma que:

Embora o Movimento de Educação Popular não tenha podido, por golpe de Estado, realizar o conjunto de seu primeiro plano nacional, os protestos de certos grupos oligarcas, do Nordeste em particular, assim como a evolução do processo político, deixam entrever claramente que o desenvolvimento dos planos estabelecidos teria tido por resultado quase imediato um violento choque eleitoral em certos setores tradicionais; e isto na medida em que desaparecia o desconhecimento legal da cidadania política de uma grande parte da população brasileira adulta. ( Em 1960, para uma população de 34,5 milhões de habitante com mais de 18 anos, constavam inscritos apenas 15,5 milhões de eleitores) Partidários da exclusão dos analfabetos, a maior parte dos membros das classes populares, os grupos de direita nunca ocultaram sua hostilidade contra todas as tentativas para aumentar o número de eleitores.

Freire passa então a influenciar todo um pensar pedagógico, onde as práticas baseiam um novo entendimento entre problemática educacional e social. A educação necessita partir sempre de um exame crítico da realidade do educando, suas ideias trouxeram um forte comprometimento do educador para com o educando. Os sujeitos dessa educação devem ser vistos como produtivos, pois, já vem com toda uma bagagem cultural que não de modo algum devem ser negados na prática educacional seja ela formal ou não formal.

É verdade, a educação popular hoje se constitui num mosaico de teorias e de práticas. Mas elas têm em comum, nas diversas partes do mundo, o compromisso com os mais pobres, portanto, com a emancipação humana. São perspectivas razoáveis, sérias, fundamentadas, cotejadas constantemente com a dureza dos fatos. Todas refletem uma recusa à educação do colonizador. Não uma recusa oportunista ou servil, mas uma recusa utópica e amorosa; uma recusa que aceita duvidar das próprias condições de produção científica e das certezas alcançadas, para evitar a mistificação da razão prática. Uma série de perspectivas que coincidiram em várias opiniões, uma delas, a busca de uma ciência social e educativa integradora, radical, cognitiva e afetiva, e, ao mesmo tempo, heurística, consciente de que é impossível separar a ciência dos interesses humanos. (GADOTTI ,s.d,p.22)

Paulo Freire marcou uma ruptura na história pedagógica de seu país e da América Latina. Através da criação da concepção de educação popular ele consolidou um dos paradigmas mais ricos da pedagogia contemporânea rompendo radicalmente com a educação elitista e comprometendo-se verdadeiramente com

homens e mulheres. Num contexto de massificação, de exclusão, de desarticulação da escola com a sociedade, Freire dá sua efetiva contribuição para a formação de uma sociedade democrática ao construir um projeto educacional radicalmente democrático e libertador. Assim sendo, seu pensamento e sua obra são, e continuará sendo, um marco na pedagogia nacional e internacional.

É verdade, a educação popular hoje se constitui num mosaico de teorias e de práticas. Mas elas têm em comum, nas diversas partes do mundo, o compromisso com os mais pobres, portanto, com a emancipação humana. São perspectivas razoáveis, sérias, fundamentadas, cotejadas constantemente com a dureza dos fatos. Todas refletem uma recusa à educação do colonizador. Não uma recusa oportunista ou servil, mas uma recusa utópica e amorosa; uma recusa que aceita duvidar das próprias condições de produção científica e das certezas alcançadas, para evitar a mistificação da razão prática. Uma série de perspectivas que coincidiram em várias opiniões, uma delas, a busca de uma ciência social e educativa integradora, radical, cognitiva e afetiva, e, ao mesmo tempo, heurística, consciente de que é impossível separar a ciência dos interesses humanos. (GADOTTI, s.d, p.23)

Ao longo de sua militância educacional, social e política, Freire jamais deixou de lutar pela superação da opressão e desigualdades sociais entendendo que um dos fatores determinantes para que ela se dê seja o desenvolvimento da consciência crítica através da consciência histórica. Seu projeto educacional sempre contemplou essa prática, construindo sua teoria do conhecimento com base no respeito pelo educando, na conquista da autonomia e na dialogicidade enquanto princípios metodológicos. “Para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar ( ou melhor dito: a quem queremos tentar ajudar a educar) “ ( FREIRE, 2001,p.38)

Uma das grandes inovações Freirianas é considerar que o sujeito da criação cultural não é individual, mas sim coletivo. Deste modo, tornando o educador sujeito da aprendizagem, uma proposta de ação educativa na qual não negasse sua cultura e o dialogo como mediador.

A educação não é um instrumento válido se não estabelece uma relação dialética com o contexto da sociedade na qual o homem está radicado. (FREIRE, 2001, p.39)

## 2.2 BREVE HISTORICO DAS ONG's E DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

As primeiras ideias de ONG's surgem influenciadas por toda a conjuntura política internacional, pós Segunda Guerra Mundial, pois era pretensão que se acentuasse um comportamento de paz entre as nações a partir do diálogo e cooperação trazidos pelos espaços institucionalizados.

Embora o termo “ONG” tenha sido utilizado na década de 1940, pela ONU, para designar diferentes entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público (Landim, 1993; 1998; Vieira, 2001) no Brasil, a expressão se referia, principalmente, às organizações de “Cooperação Internacional”, formada por Igrejas (católica e protestante), organizações de solidariedade, ou governos de vários países. Essas organizações priorizavam a ajuda às organizações e movimentos sociais nos países do sul, com o intuito de “consolidar a democracia” (COUTINHO. S.d, s.p)

A década de 70 no Brasil é marcada pelo auge da discussão sobre Educação Popular e da perpetuação das ideias do Educador Paulo Freire. Surgem vários centros de Educação popular e movimentos sociais por todo país.

A “educação popular”, fundamentada no método de Paulo Freire, era utilizada no sentido organizativo-conscientizador, e palavras de ordem como “democracia de base” e “autonomia” constituíam o eixo de seu repertório. Grupos, já existentes, abandonaram práticas assistenciais-filantrópicas e outros foram (COUTINHO, s.d,s.p)

As ONGs se apresentam como uma invenção social que passou por diferentes processos de múltiplas definições que acompanharam as conjunturas sociais e políticas que se sucederam desde sua origem até os dias de hoje, quando, ao se institucionalizarem e ganharem maior visibilidade, também começa a ser enquadradas legalmente.

De modo que, as ONGs que surgem neste período na América Latina se tornam herdeiras, por um lado do lastro de experiências de base desenvolvidas pelos centros e institutos de formação que mantiveram como inspiração fundamental os movimentos pedagógicos que surgiram e se desenvolveram no contexto democrático do pós-guerra e que foram abortados pelos golpes militares. Entres estes movimentos há que fazer menção especial ao movimento de educação popular, que ganhou sua formulação mais

acabada na “pedagogia do oprimido”, de Paulo Freire, com grande repercussão em todo o continente (Carvalho, Isabel.s.d,s.p)

Até os anos 80, a educação não-formal era um campo de menor destaque no Brasil, entre educadores e nas políticas públicas. A preocupação na verdade sempre foi direcionada para educação formal que se dá nos velhos aparelhos escolares, mesmo quando alguns destaques e espaços eram dados à educação não formal, ela era vista como uma mera extensão da educação formal, e que se davam em espaços externos às unidades escolares.

Segundo GOHN ( 1999,p.92) :

“Genericamente, a educação não-formal era vista como o conjunto de processos delinearem para alcançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas denominadas extensão rural, animação comunitária, treinamento vocacional ou técnico, educação básica, planejamento familiar, etc.

Em volta de 1990, acontece no Brasil um grande salto quando se trata de Educação social. É que passa a se abrir de fato espaços para o contexto das ONG's, esse olhar diferenciado leva a Educação Social a ser vista dentro da esfera de organizações que geram recursos próprios e lutam nas perspectivas lucrativas por acesso aos fundos públicos. Uma vez que o país que passava por uma política neoliberal

No Brasil, esses espaços de educação não formal começaram a se tornar expressivos no final da década de 1980 e no início da década de 1990, com a democratização do ensino e afirmação dos direitos das crianças e adolescentes, pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA – Brasil, 1990). Promulgado em 1990, este é um marco da conquista de grupos de diversos setores da sociedade (igreja, militantes, movimentos sociais, organizações não governamentais, entre outros).É válido explicitar que a valorização da educação informal e não formal não significa a desvalorização da educação escolar. Ela implica a compreensão da educação social em amplo sentido, mediante a valorização e a defesa do fortalecimento do sistema público educacional, a ampliação da visão educativa numa perspectiva de parceria e continuidade, bem como a extensão do campo de trabalho educacional, para além da educação formal, escolar. (ROMANS, 2003, p. 118)

O crescimento e diversificação das organizações não governamentais no Brasil na década de 90 devem ser entendidos a partir do atendimento do contexto

econômico, social e político desta década. Durante esses anos o país passava por um retardamento em crescimento econômico ocasionado pela dívida externa e interna e por não conseguir manter a acumulação de capital baseada na produção de exportação de bens.

Impõe-se, neste período, a hegemonia do capital financeiro de caráter internacional, que vai se sobrepôr à autonomia e soberania dos Estados nacionais periféricos, criando uma nova ordem internacional. Estes perdem sua capacidade de investimento interno, pressionados pelos sucessivos acordos firmados com o FMI, que impõem cada vez mais restrições ao crescimento e desenvolvimento nacionais. (CARVALHO E STEIL)

No quesito social é notável ausência dos serviços e órgãos públicos mediadores das políticas sociais

Legitimados pela ideologia neoliberal, os governos democráticos dos anos 90 promovem uma extensa reforma do Estado em favor do capital privado, concedendo-lhe uma fatia significativa de suas atribuições de modo a alargar o campo de atuação do mercado. Pode-se falar então, de uma colonização do social pelo mercado que acaba monetizando serviços e instituições públicas. Ou seja, a lógica capitalista de expansão de mercados e exclusão de pessoas adentra as entranhas dos Estados, transformando bens e serviços públicos em mercadorias. Naturaliza-se a visão de que todos têm que pagar pelos bens e serviços sociais contra um dos princípios basilares da revolução burguesa, sobre os quais se fundaram as democracias ocidentais: a fraternidade. (CARVALHO E STEIL)

A década de 90 trouxe destaque à área de educação não formal, ocasionadas pelas mudanças na economia, sociedade e mercado de trabalho. No setor pedagógico, Gohn (1999) diz que se passou a valorizar os processos de aprendizagem em grupos e dar-se grande importância aos valores culturais às ações do indivíduo. “Passou-se ainda a falar de uma nova cultura organizacional que em geral, exige a aprendizagem de habilidades extra-escolares” (GOHN, 1999,p.92)

Os fatores políticos e econômicos não foram únicos e decisivos para o crescimento da Educação não formal na década de 1990. Alguns documentos como a “Declaração mundial sobre educação para todos” e o “Plano de ação para satisfazer necessidades básicas de aprendizagem”, tiveram significativa importância.

A partir da definição de necessidades básicas, vistas como “ferramentas para a aprendizagem” e de seus novos conteúdos básicos, abrangendo, além dos conteúdos teóricos e práticos, valores e até atitudes para viver e sobreviver, e a desenvolver a capacidade humana, os documentos da conferência ampliam o campo da educação para outras dimensões além da escola[...] (GOHN,1999,p.93)

Os documentos citados acima anunciavam uma grande necessidade de mudanças na visão ampla da Educação. Assim, GOHN (1995, p.94) destacava o papel das OGN's como: “agências que possuem Know-how em metodologias, estratégias e programas de ação, tendo-se constituído ao longo das últimas décadas como estimuladoras do trabalho voluntário e de revalorização das culturas locais, de forma a resgatar o conhecimento existente entre as comunidades e não ignorá-las.”

Todo esse contexto histórico citado acima é de suma importância para compreender também o surgimento do Educador/a Social no Brasil, pois a grande polêmica quando se trata desta profissão é o tratamento de “informalidade”. Ela surge nesse contexto político no Brasil e acaba se tornando responsável de cobrir e cumprir funções antes devidamente obrigações do Estado.

Sem dúvidas, umas das grandes questões quando se discute a profissão Educador/a Social é por ela ainda ser algo novo, e essa novidade acabou gerando um ponto tão discutido na área que é a indefinição de suas tarefas e funções, além de muitas vezes não ser vista como profissão e sendo colocado na posição de algo informal.

Seria possível afirmar que essa indefinição [...] é a causa de numerosos conflitos o que acarreta posteriores desajustes e maiores insatisfações do desempenho profissional. E essa afirmação em forma de queixa, foi expressa pelos próprios educadores em várias ocasiões, assim como pelas pessoas que detêm responsabilidades neste campo o que reconhecem uma falta de clareza no desenvolvimento das funções destes profissionais. E não é que não se tinha escrito sobre elas, mas talvez as diferenças entre o papel e a realidade tornem mais difíceis ou incompreensíveis esta coincidência. (ROMANS, 2003, p.134)

Quando falamos de uma nova profissão surgem uma série de fatores que incidem no trabalho social e que ocasionam algumas inesperadas situações, frutos do desajustes entre seu papel e sua função, o que denuncia o pouco e o curto assentamento profissional neste setor.

ROMANS (2003) na Obra “Profissão: Educador Social” aponta algumas características relacionadas às dificuldades e as carências dessa profissão. Algumas são a indefinições do campo de trabalho, a superposição de tarefas com outros profissionais e a questão da especialização, ainda não muito específica para tal profissional.

Vejamos abaixo outros pontos:

As tensões entre os “veteranos”, sem estudos universitários e com experiência de trabalhos e os universitários, com estudos e sem experiência nesse campo. O desgaste psicológico, produto do trabalho e do contato direto com pessoas que sofrem problemas e inaptações, de exclusão social, de perturbações. As irregularidades nas contratações, tanto em nível de retribuições econômicas como de permanência nas instituições. Os problemas de relação e coordenação entre instituições públicas e privadas, ou entre administrações locais e centrais. A defesa do âmbito de trabalho frente a outros novos perfis, cuja a atividade se orienta o campo de ação. A instabilidade dos postos de trabalho dependentes quase sempre dos recursos públicos que se destinam a este fim (ROMANS, 2003, p.135 )

A principal dessas características é a carência em segurança de direitos trabalhista e regularização. Essa é uma questão que merece um estudo mais aprofundado, pois desencadeia uma série de conflitos aos reais papéis e funções dos Educadores Sociais.

#### 4 QUEM É O EDUCADOR SOCIAL NA SOCIEDADE?

O educador social em si trabalha sobre as carências sociais, onde nasce seu palco de atuação. GRACANI (1997) afirma que o educador social necessita assumir múltiplas funções, entre elas a de pesquisador, investigador, mediador e além da capacidade de intervenção e organização, esse profissional deve sempre rever o seu referencial teórico.

É necessário “resgatar a confiança dos educandos em sua própria capacidade para aprender, propiciar a eles a oportunidade de aprender com prazer e êxito, é tarefa técnica-política fundamental do Educador social” (GRACIANI, 1997, p.209).

Entendemos a conexão com o educando-educando é imprevisível, pois é por meio dele que o Educador/a terá um diálogo mais aberto e participativo, de forma muito mais ativa na vida social do educando, além de torna-se um espelho para ele, pois, sempre será uma fonte onde ele sentirá segurança para expor e adquirir novas vivências, uma rica troca de experiências que ambos terão dentro sociedade.

Neste sentido GRACIANI (1997, p.208) diz que o Educador social é um mediador do diálogo do educando com o seu processo de desenvolvimento. “Assumindo a intervenção, a diretividade do processo, revê a diferença entre o seu saber e o saber do educando e compromete-se com a assimetria inicial, caminhando na direção de diminuir gradativamente essa diferença. Ter intencionalidade, dirigir, é ter uma proposta clara do trabalho pedagógico, é propor e não impor é desafiar o educando para aprender a pensar, elaborar e criar conhecimentos.”

Esse profissional deve estar capacitado para desenvolver funções com o olhar crítico para uma transformação da estrutura educacional e social, além da capacidade de intervenção junto aos sujeitos, ajudando-os a potencializar seus fatores pessoais de desenvolvimento e capacitação de questões sociais, como para o desenvolvimento da autoestima, autoconhecimento, habilidades sociais consciência crítica, etc.

O Educador/a Social é o mediador entre o educando, a sociedade e a cultura, isso segundo ROMANS (2007, p.118), que diz também que “O educador social que se constitui pela via administrativa é o que se alinha com a ação cidadã: é especialista, gerenciador de recursos humanos, administrador que desenvolve projetos em favor de terceiros, captador de recursos, pertencente tanto a quadro de empresas, quanto, na maioria das vezes, a ONGs, as quais estão enquadradas no Terceiro Setor, parceiras das ações governamentais.”

Tal profissional funciona na lógica de agente da transformação social, que utiliza estratégias de intervenção educativa, age na inclusão e nas inaptações sociais e no favorecimento das autonomias e do bem-estar do sujeito. Colabora de maneira significativa ao desenvolvimento na comunidade inserida, para a construção de projetos de vida. É um profissional que se encontra envolvido com as necessidades formativas da população em diversos contextos e desenvolve a adaptação sócio-laboral, atendendo também à grupos com vivências de risco, vulnerabilidade e marginalizados pela sociedade.

O perfil profissional e as competências que os educadores sociais necessitam estão se tornando claros à medida que vão se definindo as funções de ditos profissionais por meio da difusão de estudos sobre o tema, da especificação de tarefas que as administrações públicas fazem dos mesmos, das contribuições provenientes das associações que trabalham no campo do social e da reflexão que os próprios educadores realizam sobre a prática. (BOING, SILVA. S.D,p. 8)

Esse profissional atua dentro dos parâmetros que promovem a emancipação do sujeito, tornando-o autor da sua própria história. Por isso, necessita ser dotado de um caráter totalmente diferenciado, pois ele deve ter uma visão crítica e analista do meio social, para que assim possa investigar as melhores condições às manifestações dos educandos e assim ele poderá auxiliar e criar possibilidades de obter resultados significativos.

O autor (PETRUS APUB ROMANS 1993, p.207) atribui certas características desejáveis em um profissional do âmbito social e ao qual nós acreditamos que a formação continuada tem muito a oferecer. Segundo esse autor, é desejável que o educador social tenha um caráter otimista, dinâmico e aberto à colaboração e ao

trabalho em equipe, que desenvolva sua atividade com criatividade, a fim de que encontre saídas para as muitas situações diferentes e muitas vezes imprevisíveis.

No que diz respeito à estrutura emocional do educador social (PETRUS APUB ROMANS 1993, p.207) afirma que uma das características é que ele possa ser capaz de criticar as causas e conseqüências dos problemas sociais e tenha a sensibilidade suficiente para não se escandalizar diante de situações difíceis, trazidas pelos educandos. Além disso, esse profissional precisa ter condições para autocontrole emocional, com maturidade para assim conseguir enfrentar situações que necessitam de um grau elevado de compreensão, faz necessário que durante sua prática, esse educador se afaste de seus preconceitos para não rotular r os educandos.

O autor ainda defende que o mesmo deve ter consciência das suas limitações na resolução de certos problemas, pois caso não tenha esse fator isso acarretará sobrecarga emocional, que conseqüentemente tenha capacidade de refletir e de melhorar sua prática profissional, de atender sua saúde integral e de encontrar estímulos no e fora do próprio trabalho que o façam mais agradável e eficaz.

ROMANS (2003) fala sobre competências destinadas aos educadores e educadoras sociais e essas competências estão relacionadas ao saber, saber fazer e saber se relacionar.

O *saber se* refere aos conhecimentos. O educador social [...] deverá se preparar para adquirir aqueles conhecimentos que lhe proporcionem suficiente bagagem científica, legal, administrativa, permitindo-lhe, assim, justificar com objetividade o porquê de cada ação que realize, seja orientação, intervenção, etc.

O *saber fazer* está relacionado com o desempenho de sua função educativa, quer dizer, desenvolver aquelas capacidades que lhe permitem se desenvolver em seu trabalho com certas garantias de sucesso [...]

O *saber se relacionar* se dirige ao conjunto de relações interativas que se estabelece nas intervenções educativas [...] (ROMANS, 2003, p.130)

Entendemos que tais habilidades possibilitam aos educadores uma relação muita mais próxima e calorosa com os sujeitos, colegas e a própria instituição. É preciso que em alguns momentos ele se distancie um pouco para poder avaliar a

situação de forma mais crítica, e em outros momentos inserir-se no meio para fazer parte e viver sua realidade.

ROMANS (2003) apresenta ainda aspectos negativos e alguns estereótipos de educadores. Para ele existem três tipos de educadores sociais: o resignado, o tecnizado e o conformista. O Educador resignado seria aquele constantemente queixa-se do mau funcionamento do ambiente, mas pouco trabalha para melhorar.

O tecnizado é aquele educador social que aplica de modo excessivo recursos pedagógicos, porém com atitudes abertamente desvinculadas do social, para ele esse educador pode até ter pontos positivos quando se trata de domínios dos critérios legais e científicos, porém se volta a aplicar tudo ao pé da letra sem levar em conta que cada circunstância tem uma especificidade e podem necessitar de intervenções diferenciadas.

Finalmente o terceiro tipo de educador social é conformista é "um mero executor de protocolos e prestador de serviços. Destaca-se por uma atitude adaptadora. Seria a pessoa que encontrou a maneira de trabalhar sem grandes sobressaltos, isto é, sem excessivas esperanças e sem graves decepções. [...] "(ROMANS, 2003, p. 132)

Ser educador/a nesse contexto é assumir uma postura instigadora, no sentido de refletir criticamente sua prática e levar seu educando a refletir sobre os conhecimentos trazidos e os propostos, numa relação de dialogicidade. Para que o sujeito seja agente transformador de sua realidade exercendo assim sua cidadania. Formar pessoas capacitadas em dialogar, questionar, refletir, transformar e mudar sua realidade. Segundo FREIRE (2005, p. 41: "A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são produtores desta realidade e se está, na "inversão da práxis", se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica dos homens"

Cabe ao agente educador também conhecer um pouco da história de vida de cada educando para que ele possa desenvolver atividades para mudar um pouco a realidade em que está vivendo.

“As diferenças entre o educador e o educando se dão numa relação em que à liberdade do educando não é proibida de exercer-se, pois essa opção não é, na verdade, pedagogia, mas política, o que faz do educador um político e um artista, e não uma pessoa neutra” (GADOTTI, 1996, p.84)

Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido* contempla-nos diferenciando as visões pedagógicas entre opressor e oprimido. Notamos que a pedagogia do opressor é marcada pela perspectiva de educação bancária.

Enquanto que para FREIRE (1995, p.85) na concepção bancária, predominam relações narradoras, dissertadoras, de modo que, educação torna-se um ato de depositar, assim como nos bancos, o saber é uma doação dos que se julgam detentores do conhecimento. Para GADOTTI, (s.d,p 65) Na visão bancária da educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão

A educação bancária tem a função de manter a divisão entre os que sabem, entre oprimidos e opressores. Ela nega a dialogicidade ao passo que a educação problematizadora fundamenta-se juntamente na relação dialógico-dialética entre educador e educandos, ambos aprendem junto.

Segundo Freire (2005) essa Educação oferecida pelo opressor não contempla a todos, portanto essa não deve ser a visão de um verdadeiro educador. Ainda afirma que:

O Educador que se põe frente aos educandos como sua antinomia necessária. Reconhece na absolutização da ignorância daqueles a razão de sua existência. Os educandos, alienados, por sua vez, a maneira do escravo na dialética hegeliana, reconhecem em sua ignorância a razão da existência do educador, mas não chegam, nem sequer ao modo do escravo naquela dialética, a descobrir-se educadores do educador. (FREIRE, 2005, p.87)

Acima de tudo um educador deve lembrar que jamais se impõe ideias a um grupo, e sim busca fazer com que os membros destes grupos exponham suas próprias ideias, dessa forma podem juntos propor soluções.

#### 4.1 A IMPORTANCIA DA FORMAÇÃO POLITICA DO EDUCADOR SOCIAL.

A formação política do Educador social tem um papel de destaque, uma vez que o mesmo terá como público de trabalho, jovens, crianças e adultos em situações de exposição ao risco e vulnerabilidade social, com carência de políticas públicas que assegurem seus direitos básicos na sociedade.

Os autores (SARMENTO, SOARES, TOMAS, 2006) tratam as políticas publicas como o campo onde as pessoas atuam para resolver problemas sociais ou propor ações no âmbito público, na qual é o conjunto de estratégias que garantem ao individuo torna-se cidadão.

Ainda segundo os autores.

A cidadania corresponde, por definição, a um estatuto político, confinado ao espaço nacional, embora o cidadão veja reconhecida a sua pertença à comunidade não apenas pelo vínculo que com ela estabelece e que lhe permite o usufruto de direitos cívicos e políticos, mas também em consequência da sua própria condição individual, que lhe atribui direitos individuais de natureza social (proteção, alimentação, educação, saúde, etc.) O estatuto de membro da comunidade, ao mesmo tempo, impõe obrigações e deveres do cidadão para com a comunidade. (SARMENTO, SOARES, TOMAS, 2006, p.4)

Ainda citando os referidos autores, os mesmos defendem a política como um saber necessário à formação do cidadão, pois entendem esta como algo a mais no processo educacional do sujeito educador, que deve seguir transversalmente a sua formação técnica e as relações que estabelecem de “ensinagem<sup>5</sup>”.

GRAMSCI (2000) diz que o educador social deve se posicionar politicamente, diante da/na sociedade qual atua e vive, e por isso, não deve limitar-se apenas ao seu conhecimento pedagógico, nem reduzir-se às análises sociológicas amplas. Sua formação não pode ser pautada numa formação puramente, somente intelectual tradicional, mas sim, de preferência este profissional deve conviver aprender e estabelecer relações de trocas do âmbito político, pois os educandos quais se relacionarão necessitam que o educador compreenda as dinâmicas dos poderes da

---

<sup>5</sup> Ensino-aprendizagem

sociedade, já que pretendem ensinar-aprender<sup>6</sup> a concepção de mundo pensado de forma justa, para /com todos/as. “O educador social de rua precisa de algumas características essenciais, muito mais de personalidade do que técnico-profissionais, embora as duas sejam fundamentais” (GRACIAN, 1997, p.199).

GRACIANI (1997) ainda colabora dizendo que este profissional que precisa conhecer minuciosamente o contexto onde trabalha e as relações de dinâmica de funcionamento para um melhor desempenho de atuação, logo se faz imprescindível conhecer e saber sobre as relações políticas.

A pedagogia Social não é apenas um processo lógico, intelectual. É também profundamente afetivo e social; “daí a importância de o Educador social ser um arguto observador e percebedor atento do educando nos momentos da ação educativa. É tão importante partir da realidade do educando quanto caminhar no sentido da superação, da ultrapassagem desse momento inicial, possibilitando a ele a ampliação do conhecimento crítica dessa realidade, garantindo o acesso mais elaborado, como um instrumento a mais para melhor lutar contra opressão.” (GRACIANI, 1997, p.207). Assim o conhecimento sobre política é fundamental para o movimento prático de resoluções de problemas ou busca da garantia de direitos, saia do círculo particular, para o âmbito público, tendo garantia para todos os membros da sociedade, ou seja, um direito negado ao sujeito em risco, pode está sendo negado a todos/as, portanto é necessário que seja do mesmo modo solucionado para todos, pois as políticas públicas devem existir para a sociedade em todos as suas divisões, e não ser uma política de governo destinado a “x” público e por um “x” tempo e duração.

É o que COSTA (1993.p. 194) reafirma, ele nos diz que:

Os programas sociais compensatórios resultam sistematicamente de uma visão fragmentada e fragmentadora do social. Dá o seu caráter reducionista e unilateral. O planejamento perde-se na visão dos problemas sociais e esquece-se de colocar o social como problema, resultando daí a infundável floresta de siglas que hoje povoam essa área de atividade pública.

---

<sup>6</sup> “ensinar-aprender” utilizado nesse contexto pensando a idéia de Paulo Freire que dizia que o processo de ensino e aprendizagem é uma troca. O educador não detem saberes superiores ao educandos e virse versa, ambos aprendem quando se relacionam e ambos também ensinam. Não negando assim a cultura que o educando traz quando chega ao contexto educacional.

A autora GRACIANI, (1997, p.273) nos alertando para o fato que:

Apesar de as políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente terem sido amplamente discutidas pelos vários setores sociais e políticos durante essa última década, temos percebido que no Brasil ainda não existe uma cultura política democrática que formule e sustente valores e ações que consolidem a cidadania de todos

Para HOFLING (2001, p.30) politizar-se é compreender o mecanismo de funcionamento da sociedade, o modo como ela se organiza e funciona, ou seja, as estratégias políticas e de governo, os segmentos e a composição do contexto políticos qual estamos imersos, portanto esta é a base definidora do caminho político de uma sociedade. A tal organização social referida pelo autor relaciona-se com a política (pública) social, o que educador deve conhecê-las, difundi-las para contribuir na sua transformação e construção por meio de mobilizações populares e reivindicações que levem à conquista de direitos.

Em SCHWARTZMAN (2004, p.01) podemos verificar que “Políticas públicas são estabelecidas, em suas linhas mais gerais, pela política, mas só a política não é capaz de transformá-las em ações governamentais específicas. Elas dependem, além disto, dos fatos, e da maneira pela quais os fatos são vistos e interpretados”.

Nessa perspectiva o Educador social precisa ter responsabilidade com o mundo e as pessoas, seu engajamento social é por um mundo mais justo e mais humano, porém só é possível na práxis, na prática, nas atitudes, no dia a dia. O sujeito da prática social deve ser compromissado com seu contexto histórico e entender que está inevitavelmente em relação com outros humanos e que nestas relações, estes podem se tornar profissionais que atuam para a transformação social, esse sujeito deve-se comunicar com o mundo de forma crítica.

MULLER E RODRIGUES (2002) apresentam princípios básicos para a Educação social, esclarecendo sobre esse conceito quando apresentam princípios básicos para a educação social. “O compromisso, enfim, efetiva-se no cumprimento da palavra dada, continuado no tempo”. O educador deve ter responsabilidade com os acordos estabelecidos em suas práticas educativas, deve cumpri-los e possibilitar a apropriação deste princípio para com as crianças e adolescentes, garantindo

assim que estes também sejam compromissados em suas atitudes e para com o contexto em que vivem. Portanto, o educador, em sua formação deve aprender teoricamente sobre a responsabilidade individual e social, mas deve fazê-lo no exercício da prática, para ir incorporando, ou seja, vivendo com o corpo, as situações do contexto.

Para TOMÁS (2006) o educador deve promover a participação A participação é um princípio que deve ser tratado com atenção quanto a sua garantia. De forma alguma deve ser manipulado ou mascarado, e o sujeito educador deve ter muito zelo para garantir a efetiva participação das crianças e adolescentes em processos institucionais, legais, políticos, sociais de forma geral, que tenham relação com suas vidas. Como nos traz

BOAVENTURA (2006) diz que a participação para a emancipação exige um trabalho cuidadoso, exigente e criterioso do educador/adulto. Não acontece automaticamente, mas é um processo gradual que requer aprendizagens, que se vai modificando com a idade e com a experiência e que se insere no complexo mundo das relações de poder. Garantir a participação em uma sociedade injusta e desigual é uma tarefa difícil. A intervenção no processo de tomada de decisões incomoda quem está no poder hegemônico, mas só a partir do momento em que se der esta possibilidade de uma participação efetiva nas decisões é que os sujeitos tanto educadores (adultos), como educandos (crianças e adolescentes), estarão fazendo parte do processo de construção da sociedade e haverá um maior envolvimento e responsabilidade para com a sociedade. Nessa relação os saberes diferenciados conduzem a uma dificuldade inicial, pois se entra na [...] zona de contacto, que “são campos sociais onde diferentes mundos-da-vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem” (TOMÁS apud BOAVENTURA 2006, p.39).

#### 4.2 A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

A profissão de Educador Social é cercada de questões que dificultam o seu exercício como pôde ser acompanhado no presente trabalho. Aqui serão citadas duas questões: os baixos salários e a da regulamentação da profissão

Quando tratamos das questões que envolvem a profissão de Educador Social uma grande polêmica surge. É que diferente do professor da Educação formal, o educador social sempre foi caracterizado como uma profissão que surge num setor “indireto”, o chamado terceiro setor, sem tanto destaque ou segurança trabalhista. De fato, há uma exclusão e negação por parte do Estado brasileiro.

Mas o que vem sendo feito para resolver essa questão? No dia 03 de Junho de 2009, o deputado /professor Francisco Lopes da Silva ou Chico Lopes<sup>7</sup>, para o meio político. Membro do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) no Ceará apresentou um projeto de lei (PL 5346/2005) que dispõe sobre a criação da profissão Educador Social e das outras providências, pois, apesar de ser uma profissão que já está em ação há algum tempo ela não era vista em tão posto, uma vez que não era uma profissão regularizada, logo seus profissionais passavam a não ter certos cuidados como das demais profissões . .

O projeto de lei (PL5346/2005) regulamenta a profissão de Educador/a Social. Segundo a lei essa profissão deve executar-se fora do ambiente escolar, ou seja, dos espaços não formais de ensino.

Tem como público pessoas em situação de risco, violência e ou exploração física ou psicológica, ainda segundo o projeto de lei será apenas exigido a conclusão do ensino médio pelo Educador Social e será obrigação do Ministério da Educação elaborar uma política para formação ou especialização em educação social.

O Congresso Nacional (2009) a partir desta Lei decreta que fica criada a profissão de Educador Social. Porém dentro de alguns termos como, por exemplo: o seu caráter pedagógico e social, devendo relacioná-la às realizações de ações afirmativas; estabelecem ainda os espaços educativos não formais como seu lugar de atuação onde trabalharão com pessoas em situações de risco, vulnerabilidade social, minorias (Negros, indígenas, homossexuais e afins) e outras demandas sociais contemporâneas. Ainda se faz de sua responsabilidade a difusão das manifestações folclóricas e da cultura popular, nos centros comunitários, pastorais, conselhos tutelares, entidades recreativas, de esporte e lazer.

---

<sup>7</sup> Professor durante anos de escolas das redes municipais e estaduais de ensino do Ceará. Teve uma vida sempre ligada à militância, em grêmios escolares, associações e sindicatos dos professores. Integra o PC do B desde 1968, quando o partido ainda era considerado clandestino pela ditadura militar.

Será de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios, deverão adequar a denominação dos cargos ocupados por profissionais que atuam na área e elaborar os planos de cargos, carreira e renumeração da profissão. O deputado Chico Lopes criador do projeto em entrevista a Verônica Lima repórter do site da Câmara<sup>8</sup>, levantou alguns benefícios da aprovação desse projeto.

Segundo o Deputado Chico Lopes em entrevista ao site da câmara<sup>9</sup>: “A segurança dele é que ele passa a ser tido na sociedade como um profissional com proteção do Ministério do Trabalho. E, se fizer concurso público, com a proteção no serviço público como educador social. E esse educador social não trabalha no sistema educacional convencional. Ele trabalha onde for necessário e onde há necessidade dele: nas favelas, nas ruas, nas pessoas que estão fora do sistema educacional como um todo.”

Na Justificativa da Lei de regulamentação da profissão de Educador Social é existência desses profissionais sempre se deram fora do âmbito escolar, e essa não é uma característica exclusiva do Brasil, em outros países também sempre se deram dessa maneira.

“Desde o fim do século XIX encontramos registros que falam do potencial de atuação desses profissionais na Europa. Mas foi em meados do século XX, com o fim da 2ª Guerra Mundial, que estes profissionais passaram a acelerar a construção de sua identidade. Em 1951 foi fundada a Associação Internacional de Educadores Sociais objetivando promover a união dos educadores e educadoras sociais de todos os países, contribuindo na formação e elaboração de suas competências e na consolidação desta profissão.” (PROJETO DE LEI N.º 5.346-A, DE 2009)

No Brasil ser Educador Social sempre se deu de forma voluntária e sem maiores ligações contratuais, com o passar do tempo e com o surgimento das novas demandas sociais se fez necessário que se desse segurança aos profissionais desta profissão. A criação da Lei 5.346-A , Que ainda é um projeto se faz extremamente necessária e, é apenas o primeiro passo para um bom futuro da profissão Educador Social.

---

<sup>8</sup> <http://www2.camara.leg.br>

<sup>9</sup> Fonte: De Brasília, Verônica Lima, sexta feira. 6 de janeiro de 2012.

## CONCLUSÃO

Tomando como partida as visões expostas no escrito aqui apresentado, conclui-se a importância da Educação quanto ao seu papel articulador dos valores culturais dos sujeitos que nela encontram-se imersos.

Pensando a educação associada à cultura, entende-se que seus espaços de atuação não são unificados, existe toda uma pluralidade e desvinculo à modelos pré definidos, uma vez que a mesma acontece com especificidades culturais, por isso a educação escolar não pode e nem deve ser compreendida como único meio de se fazer a educação e muito menos associada a transmissão de conteúdos programáticos.

Compreendendo esses diferentes meios de atuação da educação e a importância do olhar sensível sobre as novas demandas sócias e culturais, surgem os espaços considerados não formais de educação. A educação não formal, de fato, teve seu auge na década de 90, graças às mudanças na economia e um apelo para uma nova configuração de educação não formal, esta vista anteriormente até meados dos anos 80 como extensão da educação formal, treinamentos vocacionais, técnico, planejamento familiar, entre outros.

O profissional destinado a esses espaços não formais de ensino é o Educador social, sujeito e agente de uma pedagogia social e educação social.

Ambas pensadas numa perspectiva transformadora do pensar pedagógico. A pedagogia social quanto tudo engloba a educação social, educação popular e logo, interligada a educação não formal. A Educação social que fundamentada na Pedagogia Social, está relacionada ao processo de formação política do sujeito e interferências das condições existenciais que demarcam os aspectos subjetivos, culturais, naturais, históricos, entre outros, em que homens e mulheres se constituem humanos.

O profissional dessa educação, o educador social, estará sempre voltados para as demandas de carência sociais e a públicos que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social. O que torna imprescindível a sua formação política um pouco mais rigorosa e a necessidade de posicionamento frente à sociedade, uma vez que este estabelece uma relação de troca do âmbito político por isso estará sempre a frente dos conhecimentos puramente pedagógicos, pois os educandos

sujeitos quais se relacionarão em seu cotidiano, necessitam que esse educador compreenda as dinâmicas dos poderes da sociedade, já que pretendem ensinar-aprender a concepção de mundo justo para todos/as ou pelo menos o mais perto disso possível.

Quanto educador social tal profissional lhe autopossibilidade características de suma relevância, essas muitas mais ligas a personalidades, postura e visão política do que ao “tecnicismo” pedagógico.

O educador desse campo profissional é capacitado para desenvolver uma transformação da estrutura tanto social Quanto educacional usando com trunfo o olhar sensível sobre essas demandas, para que o ajude a potencializar juntamente no/com O educando seus fatores pessoais de desenvolvimento, questões sociais, consciência crítica e de autoafirmação e autoestima. Nesse processo ele é o mediador entre sociedade-cultura, não impõe, porém possibilita e provoca.

Alguns autores estudados e aqui apresentados como Romans defendem em suas obras que o educador social se constitui pela via administrativa é o que organiza a ação social, desde gerenciador de recursos humanos até desenvolvedor de projetos em OGN's e terceiro Setor.

Esse profissional atua dentro dos parâmetros que promovam a emancipação do sujeito, tornando-o autor da sua própria história. Por isso, necessita ser dotado de uma postura totalmente diferenciado, pois ele deve ter uma visão crítica e analista do meio social, para que assim possa investigar as melhores condições às manifestações dos educados e assim eles poderão auxiliar e criar possibilidades de obter resultados significativos.

Por isto, algumas características atribuídas se fazem destacáveis a um profissional do âmbito social e ao qual nós acreditamos que a formação continuada tem muito a oferecer, por exemplo, é favorável que o educador social tenha um caráter otimista, dinâmico e aberto à colaboração e ao trabalho em equipe, que desenvolva sua atividade com criatividade, a fim de que encontre saídas para as muitas situações diferentes e muitas vezes imprevisíveis.

Outro pondo se suma relevância é a formação política do Educador social, essa de fato, tem um papel de destaque, uma vez que esse profissional terá como público de trabalho, jovens, crianças e adultos em situações de exposição ao risco e vulnerabilidade social, em carentes de políticas públicas que assegurem seus direitos básicos na sociedade. São as políticas publicas o campo a eles destinados,

campo esse onde as pessoas atuam para resolver problemas sociais ou propor ações no âmbito público, na qual é o conjunto de estratégias que garantem ao indivíduo torna-se cidadão. Partindo disso comunga-se a ideia que referido profissional necessita posicionar politicamente diante dos conflitos da sociedade ao seu redor, então não deve ser o pedagógico seu limite de conhecimentos.

É necessário ir além e trazer análises mais aprofundadas em visões também sociológicas, psicologias e tudo que demanda uma sociedade e seus componentes, especialmente aqueles em situação vulnerável.

A pedagogia Social, área da educação não formal, não é apenas um processo lógico, intelectual. É também profundamente afetivo e social; daí a importância de o Educador social ser um arguto observador do educando nos momentos da ação educativa. É tão importante partir da realidade do educando quanto caminhar no sentido da superação, da ultrapassagem desse momento inicial, possibilitando a ele a ampliação do conhecimento crítico dessa realidade, garantindo o acesso mais elaborado, como um instrumento a mais para melhor lutar contra opressão.

Este profissional que precisa conhecer minuciosamente o contexto onde trabalha e as relações de dinâmica de funcionamento para um melhor desempenho de atuação, logo se faz imprescindível conhecer e saber sobre as relações políticas.

Em contrapartida ao seu papel social, surgem polemicas quando diz respeito ao desenvolvimento da sua profissão como tal. A questão é que no Brasil ser Educador Social sempre foi visto a partir de um voluntarismo, de modo que, questões puramente trabalhistas, direitos e ligações contratuais eram largadas como sem tanta importância. Com o passar do tempo e com o surgimento das novas demandas sociais se fez necessário que se der essa segurança aos profissionais desta profissão. Depois de muitos anos de labuta, em 2009, surge o projeto de Lei PL 5346/2205 do deputado e professor Francisco Lopes da Silva ou Chico Lopes como é mais conhecido no meio político, pertencente ao PCdoB . Esse projeto visa criar a Lei 5.346-A , Que ainda é um projeto se faz extremamente necessária e, é apenas o primeiro passo para um bom futuro da profissão Educador Social.

Tal Projeto foi criado a partir do entendimento que a profissão de Educador Social surge num terceiro setor e sempre foi vista como algo a parte sem necessidade de uma preocupação com sua segurança trabalhista e

desenvolvimento da área. De fato, há uma exclusão e negação por parte do estado brasileiro.

Com essa lei em vigor acontecerá que as instancias públicas terá que se responsabilizar em adequar a denominação dos cargos ocupados por profissionais que atuam na área e elaborar os planos de cargos, carreira e renumeração da profissão. Segundo o Deputado Chico Lopes em entrevista ao site da câmara.

A segurança dele é que ele passa a ser tido na sociedade como um profissional com proteção do Ministério do Trabalho. E, se fizer concurso público, com a proteção no serviço público como educador social. E esse educador social não trabalha no sistema educacional convencional. Ele trabalha onde for necessário e onde há necessidade dele: nas favelas, nas ruas, nas pessoas que estão fora do sistema educacional como um todo.

O cenário de crescimento em diversificados setores, principalmente em país emergente como o Brasil, faz surgir reflexões sobre os caminhos da Educação, de forma a entender a importância de atender às necessidades atuais da sociedade. Ao mesmo tempo em que há esse crescimento, várias camadas da sociedade se mantêm estagnadas quando dizem respeito a esse desenvolvimento e ao acesso aos seus direitos, cultura e história. Diante disso, o Educador Social surge dentro desse contexto, para trabalhar para além dos conteúdos sistemáticos, programáticos, valorizando assim, questões e conteúdos que vão para além da sala de aula e interferem de fato na vida social do educando. Uma relação de troca de conhecimentos

## REFERENCIAS:

BOING Ângela. SILVA ,da Maria Boenno. **A educação e o pedagogo para os espaços escolares.** Disponível em:[http://www.educardpaschoal.org.br/web/upload/Artigos/\(2%208%202011%2012%2024%2040%20AM\)%20pedagogo%20para%20al%C3%A9m%20espa%C3%A7os%20escolares.doc](http://www.educardpaschoal.org.br/web/upload/Artigos/(2%208%202011%2012%2024%2040%20AM)%20pedagogo%20para%20al%C3%A9m%20espa%C3%A7os%20escolares.doc) Acesso em:: 29/01/2013 as 15:30

BRANDÃO, Calos Rodrigues. **O que é Educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. PROJETO DE LEI N.º 5.346-A, 2009. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=05D63536EE9AB859044242740B65A912.node2?codteor=667147&filename=Avulso+-PL+5346/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=05D63536EE9AB859044242740B65A912.node2?codteor=667147&filename=Avulso+-PL+5346/2009) Acesso em: 14/03/2013 as 01:34

CARVALHO, Isabel C.M. STEIL, **Carlos Alberto ONGs no Brasil:** Elementos para uma narrativa. Disponível em [http://www.isabelcarvalho.blog.br/pub/artigos/ongs\\_brasil.pdf](http://www.isabelcarvalho.blog.br/pub/artigos/ongs_brasil.pdf) Acesso em: 01/03/2013 as 10:00

COUTINHO, Joana. **As ONGs:** Origens e (DES)caminhos. Disponível em [www.pucsp.br/neils/downloads/v13\\_14\\_joana.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_joana.pdf). Acessado dia 01/03/2013 as 08:09.

COSTA, A.C.G e outros. **Brasil: criança urgente.** Belo Horizonte, Columbis Cultural,1993.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo ( organizadora).-Petrópolis, RJ: Vozes,1994

FERREIRA, R.M. **Meninos de rua\_ Expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo.** São Paulo, CEDEC/BREX, 1979.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática de liberdade.** 24ª Ed. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 2000)

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. ( Coleção Leitura)

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e a educação popular**. Proposta - revista trimestral de debate da Fase, Rio de Janeiro, p. 21 - 27. **Disponível em:** [http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1\\_gadotti.pdf](http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_gadotti.pdf). **Acesso em:** 10/03/2013 às 22:30

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política:** impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo. Editora Cortez. 1999. (Coleção questões da nossa época; v.71)

Goldenberg, Miriam. **A arte de pesquisar:** Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 5 ° Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Alessandra de Fátima Borges. **A Pedagogia Social na Educação Infantil**. **Disponível em:** <http://www.webartigos.com/articles/16141/1/a-pedagogia-social-na-educacaoinfantil/pagina1.html>. **Acesso:** 05/03/2013

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social de rua:** análise e sistematização de uma experiência vivida/ Maria Stela Santos Graciani; I prefácio Moarcir Gadotti I . – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1997. – ( Coleção Prospectiva )

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização de cultura**. 6º Ed, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1987, p.55.

LARAIA, Roque Barros. 1932- **Cultura:** Um conceito Antropológico/ Roque de Barros Laraia – 24 ed.,[reimpr.] – Rio de Janeiro; Jorge Zahar. Ed., 2009.

NASCIMENTO, E.P. **Modernidade Ética:** Um desafio para vencer a lógica perversa da exclusão. PROPOSTA, Rio de Janeiro, Fase, ano 23, n.65.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI:** socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo , 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder:** Crítica ao senso comum em educação. 2 ed .São Paulo: Cortez, 2010.

ROMANS, Mercé. Profissional: **Educador social/** Mercé Romans, Antoni Petrus e Jaune Trilha; trad: Ernani Rosa. – Porto Alegre: Artomed, 2003.

SARMENTO, M.J. SOARES, N.F, TOMÁS, C. **Políticas Públicas e Participação Infantil** - Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 2000.